



As enormes quantidades de documentos que caracterizam os arquivos permanentes públicos versus as necessidades urgentes da pesquisa e da divulgação motivam o estabelecimento de políticas de descrição que se concretizem em programas descritivos viáveis e eficazes.

Como conciliar um trabalho fatalmente moroso (como o de transferir grande quantidade de informações de forma criteriosa) com o incremento da moderna pesquisa histórica, necessitando informações adequadas, precisas e abundantes a curto prazo? Como ser preciso, sendo breve? Como viabilizar o processo descritivo sem provocar prejuízos quanto à qualidade do instrumento que se quer elaborar? Como dinamizar a descrição do acervo, atendendo a todos os pesquisadores e procurando não deixar nenhum grupo documental sem sua chave de acesso?

As respostas a essas questões estão no estabelecimento de uma política de descrição, dentro da qual sejam postas em prática diretrizes para a elaboração correta dos instrumentos. Para tanto deve ser estudada a situação do arquivo quanto: 1- a recursos humanos e financeiros; 2- à preparação técnica e científica do pessoal capacitado; 3- à qualidade e à quantidade dos recolhimentos; 4- ao perfil do usuário e sua demanda de dados; 5- às tendências da historiografia; 6- ao estado físico da documentação. Só a partir desse levantamento é que o corpo técnico-científico do arquivo poderá fixar os pontos básicos daquela política. São eles: a hierarquia, as prioridades, a técnica e a planificação.

1. A hierarquia dos instrumentos

A elaboração dos instrumentos de pesquisa deve ser sucessiva, indo dos gerais aos parciais. Pela necessidade de se fornecer, antes de qualquer particularidade, uma visão geral dos fundos do arquivo, seus serviços e possibilidades de acesso, o primeiro instrumento a ser elaborado deve ser o guia. Os instrumentos parciais (referentes a fundos determinados ou a parte deles), tais como inventários, poderão ser feitos concomitante e sucessivamente. Por sua vez, os repertórios e edições de fontes, dada a sua especificidade, poderão ser elaborados paralelamente, fora do ritmo normal do trabalho descritivo. Se se considerar a linha dos instrumentos de pesquisa como uma espécie de família hierárquica, entenda-se que o guia deve encabeçá-la.

O projeto do guia não deve afastar-se da necessária abrangência de informações sobre o arquivo, seja enquanto instituição (endereço, condições de ingresso, serviços que presta), seja enquanto acervo (fundos e coleções constituintes, sua origem, conteúdo, datas-extremas e quantidades). É pre-

ciso não esquecer que ele deverá suprir os dados mais detalhados e específicos referentes a cada fundo ou parte dele, enquanto não estiver completo o trabalho de inventariação. E nessa escala hierárquica, os instrumentos de descrição sumária precederão os de descrição analítica.

"Num contexto em que o processo de ordenação de documentos é independente de sua descrição, a impossibilidade de definir a unidade de descrição arquivística de maneira uniforme força os arquivistas a recorrer a uma hierarquia de descrições redigidas de forma a precisar a especificidade de cada uma das peças individuais e a produzir descrições gerais que possam demonstrar a natureza dos conjuntos visados" (1).

2. As prioridades

O segundo ponto é a escolha de prioridades quanto aos instrumentos de tipo parcial. Quais os critérios a adotar para a escolha dos núcleos documentais a serem submetidos à inventariação? Os mais antigos, obedecendo-se à temporalidade dos recolhimentos? Os ligados às temáticas "em moda"? Até que ponto são viáveis os critérios preconizados por F.J. Himly, o especialista francês em instrumentos de pesquisa? (2) Para ele, os recolhimentos em massa, mais recentes, é que deveriam ter preferência; a seguir, as séries que se relacionem com as novas problemáticas da História; outro critério, aliado a este, seria o de atender ao que ele denomina "nova clientela" dos arquivos. Constituem-na engenheiros, geólogos, geógrafos, médicos, etc., enfim pesquisadores da área dos estudos técnicos e científicos. No entanto, não mais aqueles diletantes "historiadores de fim-de-semana" a reconstruir a evolução histórica de suas ciências, mas sim profissionais que buscam dados e procedimentos passados como referência técnica ou cultural em temas que abordarão em seu estado atual para embasar propostas de projetos e de pesquisas. Ou ainda, o fator norteador da prioridade da descrição deve ser a incidência da demanda? O estado físico dos documentos pode também ser um critério?

A questão da demanda merece que se demore em sua consideração. Por que não descrever mais prontamente os núcleos documentais cujos estudos de perfil de consulta mostraram ser os mais procurados? Provavelmente esta demanda coincida com as temáticas que estejam mais presentes na historiografia, como coincida com a "nova clientela". De outro lado, se levado em conta, este fator permite que o arquivista não sinta a frustração de constatar que os instrumentos que tem confeccionado nunca são consultados e a de que os usuários sempre pedem o que não está ainda convenientemente descrito! Por outro lado, há que se considerar que os pedidos são feitos em torno de documentos pelo menos identificados. O mau estado físico dos documentos também pode fazer com que se apresse sua descrição. A descrição, identificando e resumindo, pode reduzir o manuseio, pois na falta do instrumento de pesquisa

é preciso consultar o documento muitas vezes para verificar que não é aquilo que se quer.

A nosso ver, entretanto, é sobre os fundos desconhecidos pelos pesquisadores que a política descritiva deve voltar-se prioritariamente. Há o risco de, talvez, não se atingir o real objetivo do trabalho de descrição de fundos documentais - que é, principalmente, o de responder à demanda. De outro lado, se a equipe responsável pela descrição aceitar o desafio, estará contribuindo de forma mais útil e eficaz para o avanço da historiografia e, conseqüentemente, para melhor esclarecimento e entendimento dos procedimentos passados da sociedade à qual se vincula. Este material ignorado não se faz presente na demanda simplesmente porque os historiadores ignoram seu paradeiro ou, até mesmo, sua existência. O arquivista não deve perder a oportunidade de fornecer fontes novas, desde que consistentes e substanciais. Passa longe a idéia do revelar isolado de "peças retumbantes". Trazer à luz conjuntos significativos antes ignorados pode valer mais do que descrever fontes que eram do conhecimento dos historiadores, mesmo que pouco ou nada exploradas, mas de acesso possível.

O revelar fundos ignorados pode determinar a prioridade. A elaboração de inventários, catálogos e repertórios respeitantes a esse material, se aliada a um bom trabalho de difusão, pode ser altamente gratificante e compensadora.

3. Modelos para a descrição

A estrutura editorial e os modelos dos verbetes descritivos dos inventários devem ser fixados pela política de descrição, segundo modelos de uso internacional. Os formatos de verbetes para catálogos e repertórios serão os mesmos, guardadas as diferenças essenciais entre esses vários tipos de instrumentos de pesquisa. Dentro do objetivo da descrição (identificar, definir, informar e localizar no acervo) os itens fundamentais serão, como já foi exposto em número anterior desta revista, no caso do inventário sumário: a caracterização da tipologia de cada uma das séries, as datas-baliza, as quantidades documentais e as notações (ou cotas) de localização; e no caso do verbete analítico: o gênero documental, o emissor e sua titulação, o endereçamento ou destinatário, a função, a ação, a data tópica, a data cronológica, a assinatura, a quantificação, a notação ou cota (3).

Quanto à padronização para a editoração dos instrumentos de pesquisa, há as normas preconizadas pelo Conselho Internacional de Arquivos para os dados a constarem de um guia de arquivos: informações práticas de localização e exigências para acesso; dados referentes aos fundos e aos serviços prestados pelo arquivo. No caso dos inventários e catálogos, todos deverão estar dotados de uma introdução que identifique e localize, relativamente à totalidade do acervo, a parcela que está sendo descrita, assim como devem

dar uma idéia dos temas de pesquisa aos quais se liga; dos corpus de verbetes descritivos e dos indispensáveis índices onomástico, toponímico e temático. Quanto aos repertórios e às edições de fontes, devem ficar bem claros na introdução o como e o porquê das seleções feitas.

4. Estudos técnicos

Outro importante item do programa descritivo é o referente à preparação técnica da equipe responsável pela elaboração dos instrumentos. Além da metodologia propriamente arquivística, comum aos que se incumbem do arranjo, quem vai se dedicar à descrição deve ainda desenvolver conhecimentos de análise documentária e indexação, nos quais não é parte pequena a que aproxima este trabalho da lingüística. Só o domínio teórico e prático dessas áreas permitirá que se façam correta e adequadamente a recuperação e a transferência da informação contida nos grupos ou nos indivíduos documentais. Saber resumir conteúdos sem deformá-los; extrair dos documentos os assuntos; dos assuntos os conceitos; dos conceitos os descritores; estabelecer-lhes cruzamentos e paralelismos - é tarefa que exige conhecimentos especializados e que requer treinamento intensivo.

A capacitação e o aperfeiçoamento de pessoal deve ser preocupação constante para a direção de um arquivo. A improvisação e o amadorismo deixaram marcas bastante prejudiciais em muitas de nossas instituições arquivísticas. Pode-se mesmo afirmar que a otimização dos serviços corre quase inteiramente por conta do grau de profissionalização e de interesse do corpo de arquivistas.

5. Planificação

Cronogramas e metas-tarefas devem ser estabelecidos periodicamente, anual ou bienalmente. Isto deve valer para todos os instrumentos de pesquisa, dando-se tempo, inclusive, para a devida divulgação. A comemoração de efemérides e a participação do arquivo em eventos culturais de caráter mais amplo poderão originar catálogos de exposições, repertórios de fontes e edições de textos na íntegra. Tudo isto deve ser planejado com anterioridade suficiente para que resulte satisfatório. Tais trabalhos de descrição "com data marcada" não devem significar a cessação ou o adiamento das atividades normais e já projetadas para a elaboração sistemática de instrumentos de pesquisa: podem ser concomitantes.

O Pe. Avelino de Jesus da Costa, conceituado arquivista português, sistematizou algumas normas que poderiam funcionar como uma política de descrição. Ele assim as enumera: "1- Nenhum núcleo documental deve estar privado dos indispensáveis elementos de busca; 2- Quando isso acontecer, devem elaborar-se para aqueles núcleos esses elementos, antes de iniciar outros novos para os que já os tiverem, embora deficientes; 3- Em igualdade de circunstâncias, deve dar-se preferência aos núcleos mais consultados pelo

seu valor intrínseco ou interesse público e não aos que são mais do agrado do arquivista; 4- Para os instrumentos de trabalho à disposição dos leitores em salas e ficheiros devidamente acondicionados, publicando ou pelo menos policopiando os que disserem respeito aos núcleos mais importantes e aos mais consultados; 5- Para facilitar a consulta deve haver um guia de todos os instrumentos de trabalho de que os leitores possam dispor; 6- Todos os instrumentos de trabalho devem ter os indispensáveis índices e uma introdução sobre a respectiva instituição e seus núcleos documentais" (4).

A execução de instrumentos de pesquisa não é, reconheça-se, tarefa fácil. Entretanto, é urgente que os arquivistas levem em conta que a documentação produzida é cumulativa e é assustadoramente crescente. A proliferação de documentos de toda ordem ameaça desabar sobre os arquivos, bibliotecas, centros de documentação e bancos de dados. Há, atualmente, a angustiante preocupação dos arquivistas, bibliotecários, demais profissionais da documentação e também dos historiadores em como apreender toda a massa de informação produzida. A perplexidade existe não só em relação à quantidade, mas também quanto à própria tipologia documental. Uma gama infinita de novos testemunhos e de novas fontes que se abrem à pesquisa histórica começam a desafiar a família dos instrumentos de pesquisa e a sua estrutura clássica. Será que guias, inventários, catálogos e índices tradicionais refletem as novas fontes, as inquietações dos novos pesquisadores e as novas temáticas da História? Podem os arquivos permanentes fazer uso da informática?

Estas e outras questões devem integrar o programa descritivo de um arquivo permanente. Obedecendo a prioridades, critérios e cronogramas pré-estabelecidos, um arquivo permanente pode, a médio prazo, acabar por se munir satisfatoriamente de seus meios de busca, cumprindo a sua finalidade última junto aos usuários.

A qualidade de um arquivista transparece na precisão dos instrumentos de pesquisa que ele elabora e na medida em que seu trabalho satisfaz ao pesquisador. Ao tornar claro e profícuo o encontro entre documento e historiador, ele está cumprindo a missão que lhe foi destinada. Um instrumento de pesquisa incompleto pode esterilizar uma pesquisa, uma vez que o acervo não é de acesso do consulente e nem um meio de busca será feito, dada a vastidão de documentação a ser descrita.

Qualquer que seja a orientação do trabalho histórico, o pesquisador necessita do texto colocado ao seu alcance pelo instrumento de pesquisa. Cabe ao seu elaborador apreender, identificar, condensar e, sem distorções, apresentar todas as possibilidades de uso e aplicação da documentação por ele descrita. Se o historiador deve submeter-se às coordenadas que limitam o seu trabalho, isto é, à existência de documentos utilizáveis e à lógica da

sua própria análise, interpretação e síntese, o arquivista, por seu conhecimento do acervo e por sua técnica de descrição, indexação e resumo, pode fornecer-lhe elementos que, muitas vezes, poderiam permanecer definitivamente ignorados, gerando lacunas, distorções graves ou mesmo fatais para a historiografia.

Schellenberg aponta alguns preceitos que complementam o programa descritivo: que o arquivista renuncie definitivamente à descrição pormenorizada, antes de proporcionar as apresentações gerais de todos os grupos e coleções; empregar a descrição sumária, usando a de peça por peça só para os casos muito específicos de arquivos privados ou para os verbetes de repertórios; não esquecer o "caráter seletivo do método da descrição": deter-se na escolha criteriosa de qual instrumento de pesquisa para qual fundo ou parcela de fundo; fugir ao tratamento uniforme quanto à elaboração de instrumentos para todos os fundos. Há séries ou parcelas delas que podem ter um tratamento analítico, mesmo que suas séries "irmãs" só recebam uma descrição sumária; finalmente, que o arquivista tenha em conta a natureza essencial do documento de arquivo, que é coletiva, seqüencial e orgânica (5).

Se se afastar dos itens normativos, o arquivista não conseguirá abarcar o gigantesco trabalho que é, na realidade, o de descrever fundos de arquivo, mesmo que indicativa e sumariamente. Sendo o acervo cumulativo indefinidamente, o trabalho de transferência da informação poderá representar uma corrida sem fim, que será inócua, se for incompleta.

"Caso não logre realizar um programa descritivo ou desenvolver um que seja inadequado, arrisca-se o arquivista a dissipar as suas energias em projetos improdutivos" (6). O trabalho de descrição é ininterrupto, assim como o arranjo, já que as operações de recolhimento não cessam. Entretanto, se se "acertarem" ponteiros, se se chegar a uma adequada política de descrição, o arquivo sendo dotado, com constância, de recursos humanos e financeiros, haverá a desejada justaposição entre os instrumentos de pesquisa disponíveis e a demanda dos usuários.

Antonia Heredia Herrera, em publicação recente, resume as vantagens de uma planificação descritiva, afirmando que ela é sintomática de uma boa organização; que ajuda a conservação dos fundos; que facilita o acesso aos documentos; que favorece o controle por parte do arquivista; que economiza horas de trabalho do pesquisador; que reduz o desnível entre a demanda dos pesquisadores e a oferta de arquivistas; e que agiliza a administração da instituição produtora.

NOTAS

1- Marcel Caya. La diffusion par la publication des instruments de recherche en archivistique. Archives, Montreal, 14 (1): 31-49, juin 1982, p. 33.

- 2- Les instruments de recherche: principes, definitions, commentaires critiques. Paris, Stage Technique International des Archives, 1979. (mimeogr.)
- 3- Os modelos de verbetes e a estrutura dos diferentes instrumentos de pesquisa acham-se detalhados em Arquivo Rio Claro nº 11, jan. 1987.
- 4- Princípios gerais da elaboração de instrumentos de trabalho em arquivologia (arquivos públicos e arquivos eclesiásticos). Coimbra, 1966. p. 267-268. Note-se que núcleo documental é a denominação usada, em Portugal, para fundos de arquivo.
- 5- T.R. Schellenberg. Natureza do programa descritivo. In: - Documentos públicos e privados: arranjo e descrição. Trad. Manoel A. Wanderley. 2ª ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1980, p. 207 e segs.
- 6- Id. ibid. p. 207.
- 7- Archivística general. Teoria y practica. Sevilla, Diputación Provincial, 1988, p. 222.

* Coordenadora do Curso de Especialização em Organização de Arquivos da USP, São Paulo.